



Assistentes sociais e psicólogos  
de Ribeirão Preto recebem a AASPTJ-SP

Bolinf – Boletim Informativo Nº 2 – dezembro de 2009

## ○ AASPTJ-SP VISITA CARAPICUIBA, RIBEIRÃO PRETO E SANTOS

Tendo em vista o programa de visitas a fóruns e comarcas que a Diretoria gestão 2009-2013 está implementando, a AASPTJ-SP esteve em Carapicuíba, Ribeirão Preto e Santos. O objetivo das visitas foi o de conhecer um pouco da realidade de trabalho local de cada uma das comarcas.

No fim de outubro, a primeira secretária, Eunice Fávero, a primeira tesoureira, Esther Katayama, a conselheira fiscal Mônica Giacomini e a assessora da Diretoria Vilma Regina da Silva, estiveram no Fórum de Carapicuíba. Constatou-se que no Setor Técnico dão entrada, aproximadamente 80 processos por mês. Carapicuíba possui um total de 343.915 habitantes e apresenta os seguintes índices de vulnerabilidade: média – 47,5%; alta – 2,62% e muito alta – 13%. Atualmente, atuam no fórum uma assistente social e uma psicóloga. Uma segunda assistente social está em licença maternidade.

Conforme o que ocorre com grande parte dos locais do Estado, a situação de condições de trabalho vivida pelas colegas, aparenta ser de grande precariedade e o número de profissionais está muito aquém do necessário. Com base na situação constatada, a AASPTJ-SP encaminhou documento ao TJ-SP, solicitando maior atenção a essa realidade de trabalho.

No dia 13 de novembro foi a vez de Ribeirão Preto receber a AASPTJ-SP, representada por Eunice e Esther. De maneira geral, foi possível perceber que em várias das comarcas presentes na reunião a realidade é semelhante em termo de ampliação da demanda de atendimento, desconhecimento ou não reconhecimento do trabalho realizado, por parte de alguns magistrados, condições de trabalho incompatíveis com o respeito aos direitos dos profissionais e da população.

A visita a Santos ocorreu no dia 23 de novembro, com a participação da primeira secretária, Eunice

Fávero, da conselheira fiscal, Magda Meião, da assessora da Diretoria Vilma Regina e da associada Dalva Gueiros. A reunião foi solicitada por Lígia Castelo Branco, representante da Associação em Santos.

Os participantes esclareceram dúvidas e Lígia expôs algumas questões locais, dentre elas, o trabalho cumulativo que vêm realizando nos últimos meses, em Cubatão, do qual se destaca o movimento da equipe conquistando melhores condições de trabalho no que se refere às instalações físicas e respeito à autonomia profissional para definição de instrumentais de trabalho, como a visita domiciliar, até então ‘medida determinada’ por vários juízes. Nesse sentido, a utilização da resolução do CFESS nº 493/06 sobre condições éticas e técnicas para o exercício profissional e outras normativas profissionais, e a demonstração, documentada, do direito dos cidadãos a um atendimento digno pelo Judiciário, foram fundamentais.

2010

2009

“A utopia está lá no horizonte.  
Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.  
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.  
Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.  
Para que serve a utopia?  
Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”.

Eduardo Galeano

A todas e todos que caminhamos juntos neste 2009 na constante busca de um tempo de justiça, de paz e de solidariedade, nosso agradecimento e reconhecimento. E nosso apelo à contínua participação e compromisso em 2010, rumo à conquista e concretização de tempos melhores a todos nós e à toda a humanidade.

Um Natal com muita paz e esperanças renovadas.  
E um 2010 guiado pelas nossas melhores  
e maiores utopias!

## ÓRGÃO ESPECIAL, FINALMENTE, APROVA CRIAÇÃO DE CARGOS DE ASSISTENTE SOCIAL E PSICÓLOGO PARA O INTERIOR

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça aprovou no dia 18 de novembro por unanimidade a criação de 225 cargos de psicólogo judiciário e 420 cargos de assistente social judiciário, destinados às comarcas do interior. O Projeto de Lei que cria os cargos segue agora para a Assembleia Legislativa. A AASPTJ-SP acompanhou a votação, representada pela primeira secretária, Eunice Fávero, pela conselheira fiscal Mônica Giacomini, pela suplente do Conselho Fiscal, Catarina Volic, pela assessora da Diretoria Vilma Regina da Silva e pela assistente social do Conselho de Representantes Maricler Real. A aprovação da criação de cargos é uma grande conquista, embora o número seja aquém do necessário. Esse é um passo nessa histórica luta por melhores condições de trabalho, ▶

mas o caminho ainda é longo. Agora, mais do que nunca, precisamos mostrar **nossa mobilização** junto à Assembleia Legislativa para garantir a aprovação do Projeto de Lei e a realização de concursos.

A criação desses cargos possibilitará o aumento do número de profissionais em todo o Estado.

É preciso frisar que, apesar da aprovação, o presidente do TJ-SP, de-

sembargador Vallim Bellocchi, afirmou, logo após apresentar a pauta de votação que a aprovação do PL não é prioridade para o Tribunal. Segundo ele, outros projetos que estão na Alesp são mais urgentes. Também disse que “se o Imesc (Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo) funcionasse não haveria necessidade da criação desses cargos”. Mais uma vez, fica claro o desconhecimento que

a própria Instituição tem do trabalho realizado pelos assistentes sociais judiciários e psicólogos judiciários, bem como o descaso com os direitos da população atendida.

**Associado,**

**A aprovação deste Projeto de Lei dependerá de nossa mobilização junto a Alesp! Acompanhe nossas informações e participe!**

## ● AASPTJ-SP RECEBE VISITA DE PSICÓLOGA FRANCESA MARLENE IUCKSCH, DO TJ DA FRANÇA

No dia 30 de outubro, a AASPTJ-SP recebeu a visita da psicóloga e psicanalista do Tribunal de Justiça de Paris (França), Marlene Iucksch, para uma conversa sobre inquirição de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Marlene iniciou a palestra com um panorama sobre como funciona o sistema francês. Ela contou que com as mudanças nas leis do divórcio e da guarda de crianças, ocorridas na década de 1980, o país enfrentou um surto de acusações de abuso sexual nos anos 1990. A maioria das acusações partiu de mães em situação de conflito de casal. “A sociedade francesa impregnou-se da idéia de que todo adulto pode ser abusador. Hoje, as funcionárias das

creches não podem sequer passar um creme nas crianças”, afirmou.

Em seguida, Marlene falou sobre o projeto brasileiro sobre o Depoimento Sem Dano. “Quando se cria a expectativa de obter provas a partir da palavra da criança, estamos originando uma falsa expectativa de que isso resolverá tudo”, disse.

A psicóloga acredita ser um mérito da Justiça brasileira, procurar um caminho para a questão da violência sexual contra crianças, mas disse estar preocupada com a “instrumentalização” dos profissionais de Serviço Social e Psicologia proposta no projeto. “O profissional estará atuando como objeto e não como sujeito”, alegou.

## ● ENTIDADES DENUNCIAM TJ-SP AO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

A atual gestão do Tribunal de Justiça encerra-se no fim do ano e tudo indica que a negociação sobre a reposição salarial dos servidores ficará para o próximo presidente do TJ-SP.

Sem perspectiva de retomada das negociações ainda este ano, as entidades representativas dos servidores procuraram outras formas de ação, conforme deliberado durante as assembleias estaduais da Campanha Salarial 2009.

Uma das deliberações foi o encaminhamento de denúncias contra o TJ-SP, não apenas pelo não-cumprimento da data-base como pelas condições de trabalho, ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), já que o órgão está realizando inspeções em diversos Tribunais do País, o que também deve ocorrer em São Paulo.

As entidades tentaram marcar audiência com o ministro corregedor do CNJ, Gilson Dipp, o que só conseguiram em 12 de novembro, quando o ministro esteve em Curitiba para a realização de

audiência pública paralela a inspeção por parte do CNJ – junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Durante a audiência pública, as entidades protocolaram junto à assessoria do ministro uma série de documentos que denunciam o Tribunal de Justiça paulista. No ofício protocolado pela AASPTJ-SP, que na ocasião foi representada pela vice-presidente, Maria Helena Correa, foi reforçada a falta de condições de trabalho adequadas e a falta de um Plano de Cargos e Carreiras. O Projeto de Lei Complementar 43/2005 que tramita na Assembleia Legislativa há quatro anos, ainda não foi aprovado por questões políticas e falta de empenho da direção do Tribunal. Também denunciamos o não-cumprimento da data-base instituída por lei para reposição salarial por parte do TJ.

No dia 25, o ministro recebeu as entidades, em Brasília. Ele ouviu com atenção as denúncias apresen-

tadas, notadamente as que diziam respeito às questões orçamentárias do Tribunal de Justiça e os desmandos deste no sentido de remunerar com pontualidade e presteza o que é devido aos magistrados, ao mesmo tempo em que trata com total descaso e omissão a necessária reposição de perdas salariais e a data-base dos servidores.

Elisabete Borgianni, presidente da AASPTJ-SP, que representou a Associação em Brasília, fez questão de expor as questões que preocupam os assistentes sociais e os psicólogos, que estão trabalhando nas varas sem condições de sigilo, tendo também suas prerrogativas profissionais violadas e sendo obrigados a dar conta de uma demanda excessiva e sob a pressão dos prazos e ameaças de processos administrativos. Apontou também que a proteção dos direitos dos usuários da Justiça de São Paulo, muitas vezes, não está ocorrendo.

## PRESIDENTE DO CRP-SP RECEBE AASPTJ-SP

A AASPTJ-SP, representada pela primeira secretária, Eunice Fávero, pelo segundo secretário, Paulo Eduardo Bezerra e pela segunda tesoureira, Mônica Carteiro, esteve reunida com a presidente do CRP-SP, Marilene Proença Rebello de Souza. Na ocasião, foi reafirmado o interesse da Associação em manter maior proximidade com o Conselho a fim de discutir questões técnicas e éticas relacionadas à atuação dos psicólogos no contexto judiciário.

Nessa linha, foi mencionada a prática do Depoimento sem Dano e as implicações éticas decorrentes, bem como a preocupação da AASPTJ-SP em contribuir para o amplo debate da questão e do projeto que está sendo elaborado para implantação em São Paulo. Marilene esclareceu que houve convite da Coordenadoria da Infância e Juventude para que o CRP-SP participasse de discussão sobre o referido projeto, porém sem que houvesse tempo hábil para viabili-

zar a participação da entidade. Afirmou, ainda, a disponibilidade do Conselho em dialogar sobre os temas apresentados sempre que se fizer necessário.

A AASPTJ-SP pretende continuar estreitando os canais de comunicação com o CRP-SP, bem como com o CFP (Conselho Federal de Psicologia), na sua função de discutir e dar visibilidade às questões técnicas e éticas que se relacionam aos nossos associados psicólogos judiciários.

## SERVIÇO SOCIAL – II ENCONTRO NACIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO CAMPO SÓCIO-JURÍDICO: O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SÓCIO-JURÍDICO NA PERSPECTIVA DA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS

**Realizado em Cuiabá/MT, em 29 e 30 de outubro de 2009**

**Organizado pelo conjunto CFESS/CRESS/MT (20ª região)**

A AASPTJ-SP estava representada por sua presidente, sua vice-presidente e sua primeira-secretária. A presidente, Elisabete Borgianni, proferiu a conferência de encerramento refletindo sobre a autonomia e identidade do trabalho do assistente social no campo sócio-jurídico. A primeira secretária, Eunice Fávero, discorreu sobre o tema “Serviço Social no Campo Sócio-Jurídico: Possibilidades e Desafios na Consolidação do Projeto Ético-Político Profissional”. A vice-presidente, Maria Helena Correa, também participou, representando a Associação.

Sobre a abrangência do campo sócio-jurídico, Eunice discorreu, colo-

cando novas possibilidades de construção, pontuando seu entendimento quanto à conceituação deste campo para o Serviço Social como sendo composto por espaços sócio-ocupacionais como o Judiciário, os sistemas prisionais e de segurança, o Ministério Público, a Defensoria Pública e mesmo os sistemas de proteção e de acolhimento, como abrigos de crianças e unidades de internação de adolescentes, dentre os principais. Ou seja, organizações por meio das quais se aplicam, sobretudo, medidas decorrentes dos aparatos civil e penal ou executam-se medidas deles derivados.

Elisabete destacou, em sua fala, que é preciso que as entidades da categoria deem mais atenção aos dilemas que estão postos ao exercício profissional nesta conjuntura de judicialização

das expressões da questão social, bem como em todos estes espaços sócio-ocupacionais que compõem o campo sócio-jurídico.

Ressaltou que a identidade da profissão é um produto histórico, construído justamente no interior do confronto que se estabelece entre as necessidades sociais que são postas como demandas profissionais e as condições de trabalho e as respostas que os profissionais conseguem dar no cotidiano profissional.

Elisabete Borgianni analisou as implicações do fato de o profissional que trabalha neste campo estar permanentemente defrontado com duas necessidades sociais que se colocam como objetivos do sistema e da instituição no qual está inserido: proteger e responsabilizar.

## DEPOIMENTO SEM DANO: TJ-RS OBTÉM LIMINAR CONTRA RESOLUÇÃO DO CFESS

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, por meio da Procuradoria-Geral do Estado, obteve liminar na Justiça Federal suspendendo a proibição pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) da participação de assistentes sociais judiciários nas audiências com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, no Projeto Depoimento sem Dano (DSD). A liminar foi concedida no dia 9 de novembro.

A atuação dos profissionais nas audiências havia sido vedada pela Resolução nº 554/2009 do CFESS. O Con-

selho não reconhece como atribuição ou competência de assistentes sociais a atuação em inquirição especial de crianças e adolescentes no Projeto.

A decisão foi proferida pelo juiz federal Eduardo Rivera Palmeira Filho. O magistrado proibiu ainda a aplicação de qualquer penalidade aos assistentes sociais, até o julgamento final da ação.

O Conselho Federal de Serviço Social está analisando a ação para encaminhamento das providências cabíveis, em defesa dos direitos e prerrogativas profissionais dos assistentes sociais.

A AASPTJ-SP vem estudando esta questão e tem realizado reuniões periódicas com o Núcleo de Apoio Profissional de Serviço Social e Psicologia do TJ-SP e com profissionais das comarcas, onde um projeto piloto será implantado, conforme divulgado em nossos Boletins Eletrônicos. A proposta da Associação é de ampliar este debate com os associados, tendo em vista a relevância e a complexidade do assunto. Informamos que, assim que possível, abriremos um fórum de discussões sobre o tema em nosso site.

## AASPTJ-SP PARTICIPA DE REUNIÃO COM CRESS-SP E COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO TJ-SP

O Conselho Regional de Serviço Social solicitou audiência com o coordenador da Infância e Juventude, desembargador Antonio Carlos Malheiros, para entregar resoluções aprovadas pelo conjunto Cfess/Cress durante o 38º Encontro Nacional, ocorrido em Curitiba, em especial a Resolução Nº 554, que dispõe sobre o não reconhecimento da inquirição das vítimas crianças e adolescentes no processo judicial, sob a metodologia do Depoimento Sem Dano, como sendo atribuição ou competência do profissional assistente social. Na época, ainda não havia saído a decisão da Justiça Federal do Rio Grande do Sul que concedeu liminar ao TJ-RS para que assistentes sociais judiciais atuem na inquirição de crianças e adolescentes (veja nota neste Boletim).

**A AASPTJ-SP foi convidada pelo Cress-SP a participar de reunião com a Coordenadoria da Infância e Juventude do TJ-SP no dia 14 de outubro.**

O desembargador Malheiros afirmou já ter conhecimento da resolução do Cress e que, embora não concorde com seu teor, defenderá seu cumprimento. Segundo ele, sem a atuação destes profissionais, o projeto de inquirição de crianças e adolescentes “irá travar”.

Tanto a presidente do Cress, Áurea Fuziwara, quanto as diretoras da AASPTJ-SP, Elisabete Borgianni, presidente e Eunice Fávero, primeira secretária, colocaram-se a disposição da Coordenadoria para pensar em sugestões

de como garantir os direitos das crianças e adolescentes vítimas, o que exige especial atenção da rede de proteção.

Na oportunidade as diretoras da AASPTJ-SP e a presidente do CRESS-SP também abordaram com o desem-

bargador questões relativas ao descaso da atual direção do TJ-SP em relação aos trabalhadores do Judiciário, incluindo a defasagem salarial dos profissionais do Serviço Social e da Psicologia, nos últimos anos.

### CONVÊNIOS

#### Novo: Academia Curves

A AASPTJ-SP firmou parceria com a academia de ginástica Curves, especializada em mulheres, para uso em todo o Estado de São Paulo.

Preços	Matrícula - R\$ 249,00
	Anual - R\$ 99,00
	Mensal - R\$ 139,00

Associadas da AASPTJ-SP ganham 80% de desconto na matrícula e um mês grátis a mais no plano anual.

Para informações entrar em contato com a AASPTJ-SP.

Vale ressaltar que este convênio foi estabelecido por sugestão da associada Regina Helena Benitez, assistente social de São José dos Campos.

Se você tiver sugestões de convênio, nos encaminhe dados para contato: [convenio@asptj.org.br](mailto:convenio@asptj.org.br)

### LEI 500: ÚLTIMAS INFORMAÇÕES

O Tribunal de Justiça publicou no Diário Oficial do dia 12 de novembro a resolução 499/2009, que dispõe sobre a não-aplicabilidade da Lei 1093/2009 para o Judiciário. A resolução foi aprovada pelo Órgão Especial do TJ-SP no dia 14 de outubro.

A AASPTJ-SP acionou o Tribunal de Justiça assim que o Projeto de Lei, que culminou na Lei 1093, foi aprovado na Assembleia Legislativa. A aprovação da resolução, de autoria do desembargador Ivan Sartori, foi uma vitória importante.

Esclarecemos que a Associação, sempre preocupada com a defesa de seus associados, está atuando também em outra frente, com o ingresso de ações jurídicas em defesa dos assistentes sociais e psicólogos associados admitidos após 2 de junho de 2007.

A AASPTJ-SP também tem acompanhado o andamento do Projeto de

Lei 37/2009, de autoria do deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL), que tem como objetivo central impedir a demissão de servidores contratados pela Lei 500/74.

No dia 26 de novembro, Elisabete Borgianni, presidente, Esther Katayama, primeira tesoureira e as assessoras Sonia Guerra e Vilma Regina da Silva, estiveram na Assembleia Legislativa para reunião com o deputado, que por estar em outro compromisso, não pôde comparecer à reunião e a Associação foi recebida por seu assessor Edson Gabriel Garcia.

A AASPTJ-SP protocolou uma minuta de Projeto de Lei, propondo uma regra de transição na Lei 1010/07 – que institui a SP Prev – com o objetivo de contemplar os servidores públicos do Estado de São Paulo admitidos após a vigência da lei.

### EXPEDIENTE

#### AASPTJ-SP – Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

**Diretoria:** Presidente – Elisabete Borgianni, Vice-presidente – Maria Helena Corrêa, – 1ª Secretária – Eunice Teresinha Fávero,

2º Secretário – Paulo Eduardo Bezerra, 1ª Tesoureira – Esther Akemi Kavano Katayama, 2ª Tesoureira – Mônica de Lurdes Leoni Carteiro,

**Conselho Fiscal:** Mônica Giacomini, Margarida Maria Buosi e Quésia Gama Cruz Suplentes: Catarina Volic e Magda Melão

**Conselho Editorial:** Eunice Teresinha Fávero, Mônica Giacomini, Quésia Gama Cruz, Paulo Eduardo Bezerra e Ana Carolina Rios

Redação e edição: ACRL Comunicação  
Jornalista responsável: Ana Carolina Rios  
(Mtb 35.875-SP)

Diagramação: Eduardo Seiji Seki

Tiragem: 1300 exemplares  
Endereço: Rua Barão de Itapetininga, 125 – 2º andar – Conj 21 – Centro – Cep 01042-001 – São Paulo – SP

Telefone: (11) 3256-5011; E-mail: [asptj.org.br](mailto:asptj.org.br)  
[asptj.org.br](http://asptj.org.br); Site: [www.asptj.org.br](http://www.asptj.org.br)

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando necessariamente a opinião do responsável pelo jornal e da Diretoria da AASPTJ-SP.

## Segurança e tranquilidade

### Seguros

- Automóvel, motocicleta;
- Vida e acidentes pessoais;
- Previdência: adulto e infantil;
- Consórcio;
- Residencial;
- Notebook;
- Assistência funeral;
- Responsabilidade civil.

### Faça já sua cotação

[contato@geia.com.br](mailto:contato@geia.com.br) ou (11) 3666-0711

